

## **'GLOBALIZATION AND MOBILIZATION IN THE NEOLIBERAL ERA IN LATIN AMERICA'. CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE.**

Maria da Glória Gohn  
University of Campinas-Brazil<sup>1</sup>

O paper da Profa Susan Eckstein analisa as novas tendências na América Latina, face ao processo de globalização e as reformas neoliberais, especialmente a partir dos anos 90. Ela analisa essas questões de um ponto de vista peculiar: como as pessoas e os movimentos sociais estão respondendo às mudanças colocadas pelas novas políticas neoliberais. A partir de uma extensa pesquisa comparativa, a profa Susan utiliza dados sobre vários países latino-americanos, oriundos de diversas fontes destacando-se os compilados de relatórios do Banco Mundial, estatísticas de departamentos de estados norte-americanos, reportagens da mídia, e estudos realizados por pesquisadores em vários países. No caso brasileiro ela usa fontes de competentes pesquisadores norte-americanos que têm publicado sobre a realidade brasileira. Seria muito interessante se ela agregasse também os inúmeros estudos e pesquisas já publicados, realizadas por pesquisadores brasileiros, especialmente para o caso dos movimentos sociais, como o MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra ou os movimentos populares urbanos de luta pela moradia. A leitura destes autores poderá contribuir com novos olhares sobre a temática pois muitos deles retratam a trajetória dos movimentos sociais desde os anos 60 do século passado, apresentando as transformações que vem ocorrendo como fruto de ciclos mais longos, anteriores as reformas neoliberais dos anos 90. Mas o objetivo da profa Eckstein é o de analisar as transformações na "era neoliberal" e é sobre este período que focalizarei meus comentários.

Um dos pontos altos do texto é a afirmação de que as reformas trouxeram 'novos recursos materiais, novas idéias e capital social para a região [...] assim como novas concepções de direitos, novas identidades - incluindo povos indígenas, mulheres e outras minorias sociais ". Afirma -se que, no caso dos direitos, eles não são apenas individuais mas coletivos; assim como, nos anos 90, combinou-se demandas econômicas com demandas de outra natureza, como as que tratam de questões de gênero e etnicidade. Segundo Eckstein, não teria sido apenas a classe a fonte de construção das identidades, reafirmando o que C. Offe<sup>2</sup> já havia observado nos anos 80, para a Europa, ao tratar dos "novos movimentos sociais". O mérito do trabalho de Eckstein é dado pela forma de sua explicação pois capta a especificidade do processo na América Latina. Enquanto no estudo de Offe ele contrapunha o movimento dos trabalhadores industriais (classe) ao dos estudantes, mulheres, ambientalistas, pela paz etc. (os novos movimentos sociais), Eckstein

---

<sup>1</sup> Socióloga, Dra em Ciência Política pela USP/SP/Brasil, Pós/Doc na New School of University, New York. Atualmente é Profa Titular da Fac. Educação da UNICAMP, Coordenadora do GEMDEC-Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais, Educação e Cidadania, Pesquisadora I do CNPq e Secretária Executiva do Research Committee "social Movements and Social Classes" da Associação Internacional de Sociologia. É membro do Conselho Internacional do Instituto Paulo Freire e autora inúmeros artigos em revistas e capítulos de livros e de 11 livros de autoria individual dentre eles "Teoria dos Movimentos Sociais" (Ed Loyola, SP, 2003, 3ª ed)

<sup>2</sup> C. Offe (1998) *Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales*. Madri : Ed. Sistema.

procura mostrar diferenças no interior das práticas dos próprios "novos movimentos sociais", na era neoliberal. Há entretanto, algumas relações que explicam essas diferenças, que Eckstein não desenvolve suficientemente pois ela teria que recuar um pouco na História. Para o caso brasileiro, nos anos 70/80 entraram em cenas inúmeros movimentos populares urbanos, com bases comunitárias territoriais (bairros), articulados com e por pastorais religiosas, oposições sindicais, e intelectuais que lutavam contra o regime militar, com reivindicações e protestos nucleados em demandas por melhorias urbanas-especialmente moradia, saúde, transportes coletivos e escolas infantis. Não podemos chamar essas demandas apenas de demandas "econômicas" porque as que assim se apresentavam eram a dos trabalhadores das indústrias, via sindicatos, e a dos funcionários públicos - via suas associações (até 1988) e depois dessa data, com a nova Constituição, via seus sindicatos. Ou seja, as demandas com eixo no econômico estavam presentes nos sindicatos e nas associações de classes. As demandas dos bairros já embutiam as demandas não-econômicas tais como a questão da mulher, por exemplo - à medida que reivindicavam creches e o movimento era composto em sua quase totalidade por mulheres. Mas a visibilidade dos movimentos, que era grande na época, não era dada pelo fato de ser um movimento de mulheres mas pelo fato de se ter a ausência de um equipamento coletivo para as crianças, do não atendimento na oferta de serviços públicos pelo estado, etc.

Sabemos que após os anos 90, as políticas neoliberais desarticularam a economia formal, dando espaço para o desenvolvimento da economia informal (este processo a profa Eckstein aponta muito bem); o papel do estado na oferta dos serviços públicos é flexibilizado ou desregulamentado, ficando o mesmo como gestor e controlador dos recursos, transferindo responsabilidades para organizações da sociedade civil organizada, via programas de parcerias em projetos e programas sociais com as ONGs. Com isso, os sindicatos se enfraqueceram - lutar pela não demissão, pelo emprego em si, tornou-se mais importante que lutar por melhores salários; fortaleceu -se as ONGs -que antes eram apenas apoios aos movimentos sociais populares. Estes últimos enfraqueceram-se e tiveram que alterar suas práticas, serem mais propositivos -participando dos projetos das ONGs, e menos reivindicativos. O número de manifestações nas ruas diminuiu e inverteu-se a relação, as ONGs tomaram a dianteira na organização da população, no lugar dos movimentos. Este processo aprofundou-se porque surgiu um outro ator social relevante no cenário do associativismo nacional: as fundações e organizações do Terceiro Setor, articuladas por empresas, bancos, redes do comércio e da indústria, ou por artistas famosos, que passaram a realizar os projetos junto a população, nas parcerias com o estado. Apoiados por recursos financeiros, privados e públicos (oriundos de inúmeros fundos públicos que foram criados), e por equipes de profissionais competentes previamente escolhidos não por suas ideologias mas por suas experiências de trabalho, essas organizações passaram a trabalhar de forma diferente da forma como os movimentos sociais atuavam até então. O Terceiro Setor passou a atuar com populações tida como vulneráveis, focalizadas, grupos pequenos, por projetos, e com prazos determinados. A identidade anterior desenvolvida pelos movimentos sociais, assentada sobre direitos universais do conjunto dos mandatários de um bem ou serviço público, passou a ser reestruturada em termos de uma identidade fracionada, segundo três critérios básicos: 1º - o econômico, ao selecionar-se apenas os vulneráveis, os miseráveis, os que estavam em situação de risco-e não todos os pobres; 2º - o fracionamento: os vulneráveis passaram a ser divididos para atendimento nos programas elaborados, segundo critérios de raça, etnia, gênero, idade etc. 3º - o desempenho de uma atividade, o chamado

"protagonismo social". Alguns dos militantes dos antigos movimentos sociais (que não tinham fortes convicções da esquerda) foram sendo incorporados como mão-de-obra nos projetos, programas e conselhos criados; uma nova forma de ativismo social foi desenvolvida, não mais para protestar mas para FAZER, laborar, atuar junto as camadas desfavorecidas, previamente selecionadas com a ajuda destes mesmos ativistas. No país inteiro, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, surgiram comunidades organizadas em projetos sociais com crianças, jovens, adolescentes, mulheres; cooperativas de todos os tipos de produtos e serviços, todos atuando segundo a lógica do desenvolvimento sustentável, nos marcos de uma nova economia social, criando o tal "capital social", apontado por Eckstein.

Mas como o social não se trata de uma engenharia de regras, totalmente orquestrada pelos desígnios dos políticos e programas estatais, sob a égide do neoliberalismo, mas de um processo eminentemente político, usualmente o resultado é um cenário sócio-político bastante tenso, cheio de conflitos e contradições. A sociedade civil pensa, elabora também. Cria resistências. E isso explica o fortalecimento e o surgimento, nos anos 90, de movimentos como o dos indígenas e os sem-terra. O Brasil, diferentemente de outros países da América Latina, tem mantido a maioria do que restou de sua população indígena, confinada em áreas rurais longínquas, como na Amazônia. Há pouca visibilidade dos descendentes de índios nas cidades, a maior visibilidade nos centros urbanos é a da população afro-brasileira, dada nossas origens coloniais, ao passado escravocrata. Mas o trabalho focalizado das ONGs possibilitou, nas entidades que tem por base práticas cidadãs e projetos de emancipação junto aos grupos que atuam, que vários grupos indígenas se organizassem e passassem a lutar por suas terras, pela sua língua, por escolas com professores que ensinem nas e em suas línguas, e pela venda de seu produtos a preço justo e não como quinquilharias para turistas. Nos movimentos indígenas brasileiros não encontramos articulações com a produção de drogas ilícitas, como não caso da Colômbia, mas há inúmeros conflitos com grandes e pequenos proprietários de terras. As ONGs ainda são o principal canal para levarem sua voz e protesto ao mundo, já que os governos muitas vezes são surdos.

Quanto aos sem-terra, o processo é diferente pois não são as ONGs que lhes assessoram mas grupos articulados às pastorais, aos sindicatos, e a algumas lideranças históricas. Eles se transformaram, via o MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, no movimento mais organizado do Brasil e da América Latina. No atual Governo Lula ainda buscam redefinir suas ações pois, se de um lado eles apoiaram a eleição deste presidente, de outro, estão em desacordo com as políticas e as prioridades econômicas adotadas pelo novo governo. Por isso, o número de ocupações na atual gestão, na média, já supera a da gestão anterior, do ex-presidente F.H. Cardoso. Eckstein faz algumas citações sobre o MST e acentua, com muita razão, que esse movimento não ficou apenas nas demandas econômicas, ou pela terra. Ele quer a terra, e condições de apoio econômico para viverem nela, com infra-estrutura moderna em outras áreas básicas do cotidiano como escolas, saúde, postos de comercialização, etc. É bom recordar que o MST desenvolveu um método próprio na área da educação, tanto para as crianças como para a formação de professores.

O movimento contra o pagamento da dívida externa, citado por Eckstein, foi frágil no Brasil, embora tenha conseguido obter milhares de assinaturas em 1999. Mas ficou

confinado nos círculos dos militantes articulados por algumas alas da Igreja cristã. Mais forte do que ele tem sido o movimento antiglobalização no qual o Fórum Social Mundial ocorrido em Porto Alegre, em 2001/2002 e 2003, são uma parte de sua manifestação. Eckstein não menciona Porto Alegre<sup>3</sup>, embora tenha chamado atenção, ao final do artigo, para as concepções globais que estão sendo construídas, especialmente na área dos direitos.

As articulações via fóruns mundiais estão se desdobrando em outros fóruns temáticos. Assim, no início de Abril 2004 ocorreu o Fórum Mundial de Educação- FME em São Paulo, um encontro preparatório para o FME que ocorrerá em Julho de 2004 em Porto Alegre. Segundo os organizadores, 102 mil pessoas participaram! Para uma reunião preparatória, é um número expressivo de pessoas! Isso também deve ser visto como parte do movimento social na área da educação, atual, novo, propositivo, que busca atuar em duas frentes: transformar o ensino no interior das escolas e expandir o conceito da educação para além da escola, incluindo todos os processos de formação dos cidadãos na sociedade.

Concordo com a hipótese apresentada por Eckstein relativa as tentativas governamentais de minimizar os conflitos, via a regulamentação de atividades antes ilícitas, como a dos vendedores ambulantes, ou regularizar terras urbanas ocupadas (favelas, por exemplo), ao invés de desalojar seus ocupantes pela força como no passado. Mas é preciso lembrar também várias dessas regulamentações foram conquistas dos movimentos organizados. A luta pela moradia, por exemplo, não esteve muito nas ruas nos anos 90, mas esteve participando de processos de mutirões de construção da casa própria que eles mesmos reivindicaram, e esteve também participando de outras frentes concentradas no plano parlamentar. E eles pressionaram até a obtenção de uma legislação com a aprovação do Estatuto da Cidade, que regulamentou as ocupações nas áreas urbanas. Essas leis não foram concessões, foram 12 anos de luta no parlamento, via assessorias e negociações com representantes eleitos dos movimentos sociais de luta pela moradia. Além disso, acumulou-se um saber técnico e político, expresso nas ações do Fórum Nacional de Reforma Urbana, que representa um avanço nas conquistas democráticas. Em síntese, creio que a hipótese da "tolerância" apresentada pela Profa Eckstein para este cenário não é suficiente para explicar todo o processo da luta dos movimentos porque atribui ao estado e as políticas neoliberais uma força de controle social, de integração dos demandatários na ordem instituída via flexibilização da repressão, essas formas tolerantes promoveriam uma inclusão "por cima", pelo alto. Trata-se, ao meu ver, de um processo de modernização conservadora, mas ele é permeado de tensões e conflitos, um processo cujos resultados mudam constantemente segundo a correlação das forças presentes.

O cenário atual dos movimentos e lutas sociais é outro certamente, as mesmas explicações e análises feitas nos anos 80 e parte dos 90 não são mais válidas para o início deste século. Há novos tipos de movimentos, as demandas se alteraram, há novos repertórios, o estado legitimou canais de participação demandados pela população, a participação está mais institucionalizada, etc. Mas o projeto que luta pela emancipação dos oprimidos dos anos 60/70/80 não morreu, ele busca redefinir-se, particularmente no Brasil atual, quando temos um presidente eleito com o apoio dos movimentos e forças democráticas.

<sup>3</sup> Vide M. Gloria Gohn (Org.) (2003) *Movimentos Sociais no Início do Século XXI*. Petrópolis, Vozes.

Sinais de descontentamento com os rumos da atual política econômica já são visíveis, na mídia e nas pautas e demandas dos movimentos atuais. Para o cidadão comum, a pobreza e a violência nas ruas já estão sendo associadas ao desemprego. O discurso sobre programas sociais como bolsas, auxílios, cestas de alimentação, etc., já passam a ser percebidos, na representação social coletiva, como alternativas paliativas que não resolvem os problemas do desemprego e da violência. Este cenário indica tensões, resistência e busca de novos caminhos que podem acionar mobilizações sob a forma de greves e protestos e não apenas como "colaboracionismo" com os programas estatais, como gostariam inúmeras entidades sociais que atuam no campo social.

Reitero que as considerações acima foram feitas a partir da realidade brasileira. Certamente que o estudo da profa Eckstein é muito mais amplo, ele exige contribuições e aportes de vários outros colegas latino-americanos para que se possa realmente atingir a perspectiva comparativa que sua autora contempla. Eu agradeço a oportunidade de participar deste debate e parabenizo a profa Eckstein pela sua contribuição com este estudo, e por seu esforço e persistência no debate democrático sobre temas da realidade latino-americana.